



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: políticas de oferta e implicações aos alunos de Dourados MS

FILHO, Rodolfo Cabreira Dias*
SOUZA, Rosilene Moreira de**

RESUMO: O presente artigo aborda as implicações da oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Dourados-MS. O objetivo é apresentar os dados coletados neste trabalho com a finalidade de mostrar a realidade da oferta desta modalidade de ensino. Pesquisa de abordagem qualitativa de caráter exploratório que compreende estudos bibliográficos e pesquisa de campo. Como referencial teórico, recorremos a: Paulo Freire (1999); Miguel Arroyo (2011); Moacir Gadotti (2013); Nóvoa (2015), Piero e Haddad (2015), Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), dentre outros documentos. O resultado foi: que as escolas das redes municipal e estadual de Dourados, tiveram um fechamento significativo de turmas a partir do ano de 2015, sendo que sete escolas deixaram de ofertar a EJA no período de 2015 a 2019. Conclui-se então que a educação de Jovens e Adultos apesar de estar nos documentos oficiais como uma obrigação, nos sistemas de educação ao menos na cidade de Dourados sofre cortes por questões econômicas. Mais uma vez observa-se a predominância do aspecto econômico em detrimento da formação dos indivíduos, sujeitos de direito que foram expropriados e excluídos do acesso a educação básica.

Palavras-chave: Educação. Educação de jovens e adultos. Política pública.

1 Introdução

A educação de jovens e adultos (EJA) é um campo carregado de complexidade, de acordo com Arroyo (2011) essa confusão carece de definições e posicionamentos claros. É um campo político, denso e carrega consigo o legado da Educação Popular (ARROYO, 2011, p.7). Os educandos da EJA são os sujeitos sociais que se encontram no cerne de um processo complexo, muito além do que somente uma "modalidade de ensino". Fazem parte de uma dinâmica social, cultural e política, um campo de múltiplas tensões e de pouca responsabilidade do poder público.

* Graduado em pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados UNIGRAN (2019)

** Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2020), mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (2006), especialista em gestão da excelência, especialista em metodologia do ensino superior e graduada em PEDAGOGIA.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Os pesquisadores(as) da Educação de Jovens e Adultos não estão isentos nesse processo. Se qualquer atuação acadêmica e de pesquisa na área de ciências humanas exige posicionamentos políticos e a sensibilidade para com os processos de humanização e desumanização vividos pelos sujeitos, aqueles que se dedicam ao campo da Educação de Jovens e Adultos carregam em si mesmos e nas investigações que realizam uma maior responsabilidade social, política e acadêmica de compreender, interpretar, descrever e refletir e analisar as trajetórias, histórias de vida, saberes, ensinamentos e conhecimentos produzidos pelas pessoas jovens e adultas (ARROYO, 2011, p. 8).

Ao analisar o posicionamento do autor, percebemos a EJA como um campo político de formação e de investigação. Para Arroyo (2011, p. 8) a Educação de jovens e Adultos está irremediavelmente comprometida com a educação das camadas populares e com a superação das diferentes formas de exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade.

O fechamento das salas de Educação de Jovens e Adultos que estão ocorrendo em Dourados e em outros municípios do país, nada mais é do que a sistematização da exclusão, justificadas pelo discurso da baixa demanda pelas turmas de EJA pelos jovens e adultos, público alvo desta modalidade de ensino. Compreender as políticas de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Dourados, bem como analisar quais foram as implicações e os prejuízos do fechamento de turmas da EJA nos últimos anos na cidade, se torna um compromisso social e político dos educadores preocupados com o acesso dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos ao processo de escolarização.

Este artigo possui os seguintes objetivos: investigar o motivo o fechamento das salas de aulas da EJA nas escolas do município de Dourados-MS e compreender as implicações do fechamento das salas de aula para a sociedade. Para tanto, faz-se necessário compreender o que é a EJA no Brasil. Tendo como base as leis e algumas bibliografias selecionadas na pesquisa.

No Brasil, a EJA é regulamentada pela seção V que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos, artigo nº 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394 de 1996 que estabelece as seguintes normas: a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria. (BRASIL, 1996). Ainda nesta lei assegura-se que os alunos terão educação gratuita e o poder público



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

deverá estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola como podemos ver nos parágrafos da lei:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996, p.2).

Na Lei nº9.394 de 1996 também é dito que o sistema assegura gratuitamente o ensino aos estudantes que não puderam realizar os estudos em idade regular, como podemos ver:

Nessa modalidade de ensino, há duas etapas nas escolas públicas municipais e estaduais: ensino fundamental e médio. O sistema assegura gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames, também no segundo parágrafo o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996 p.13).

São definidas as faixas etárias e perfil dos estudantes da EJA, compreende-se que para o ingresso na EJA o aluno deve obedecer a alguns pré-requisitos: ter no mínimo 15 anos para ingresso no ensino fundamental nesta modalidade e 18 anos para o ensino de nível médio:

Art. 7º Obedecidos o disposto no Art. 4º, I e VII da LDB e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos. Parágrafo único. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos. Art. 8º Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos (BRASIL, 1996, p. 2).

Outro documento consultado é a Resolução nº1 do Conselho Nacional de Educação de 2000, no seu artigo 1º que dispõe sobre a organização da Educação de Jovens e Adultos. Neste documento são definidas as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos que devem ser:



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

[...] obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação. (BRASIL, 2000, p.1).

De acordo com o Plano Nacional de Educação existem metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, a meta 9 refere-se à Educação de Jovens e adultos (EJA) que destaca:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014, p.34). Destacamos ainda na Meta 10 a proposta de: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014, p.37).

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL

A EJA não é uma experiência nova, a referência de sua existência no Brasil na data do período colonial, quando se falava em educação para a população não infantil, uma referência à população adulta, que precisava ser catequizada. Durante o período imperial em torno de oitenta por cento da população era analfabeta. No início do período republicano foi vinculada a alfabetização a ideia de "elevação da massa dos pobres, brancos, negros libertos, a iluminação do povo" [...] (UNESCO et.al. 2008, p. 24).

Entre a proclamação da República e o início da década de 1920, a democracia brasileira vai se fortalecendo. Já na década de 1930 a educação básica de adultos começa a se firmar. Mais tarde, através, de projetos de governo para atender as pessoas que precisavam romper e superar o analfabetismo, garantir a escolarização, para ser incluída no número de trabalhadores, a capacitação profissional era de fundamental importância. Com todo o processo de industrialização, pressões do mercado de trabalho exigindo capacidade gerou necessidade de levar educação básica aos jovens e adultos. Com a aprovação do decreto 19.513 de 25 de agosto de 1945 a EJA torna-se oficial. Braga (2014) relata em seus estudos o CEAA- Campanha de Educação de Jovens e Adultos como sendo o primeiro programa para erradicar o analfabetismo no Brasil.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

A CEEA atinge o auge de seu desenvolvimento e expansão no início da década de 50, mas em 1954 já é visível a escassez da campanha verificando problemas em manter a "ação em profundidade": faltavam recursos e as dificuldades no interior não conseguiam ser superadas. Em 1951, na tentativa de fortalecer a campanha são criados os "Centros de Iniciação Profissional", que são implantados principalmente na área urbana; e em 1957 é criado o "Sistema Rádio-Educativo Nacional". O declínio do programa termina com seu encerramento em 1958. (BRAGA, 2014, p.18.).

Em 1960, alfabetizar adultos passou a ser estratégia de ampliação das bases eleitorais e de sustentação política. Devido à efervescência político-social do período há uma experimentação de novas práticas de alfabetização que em sua maioria adotaram a filosofia e o método proposto por Paulo Freire.

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que lê e escreve o que se entende. [...] Implica uma auto formação de qual se pode resultar uma postura do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, com uma doação ou uma exposição analfabeta, apenas ajustado pelo educador. Isso faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com quem os quais possa se alfabetizar. (FREIRE, 1997, p.72).

Em seus estudos, Haddad et. al (2014) trazem um panorama de como foi se consolidando a EJA no Brasil. Para os autores, os movimentos de educação tomaram maior proporção a partir de 1960. Os autores destacam que o pensamento de Paulo Freire de emancipação, contribuiu para a formação da identidade dessa modalidade de ensino.

A EJA durante a ditadura militar ganhou o formato de supletivo, instituído pela reforma do ensino de 1971, ano que teve início a campanha denominada Mobral. [...] o Ensino Supletivo visou se constituir em "uma nova concepção de escola", em uma "nova linha de escolarização não-formal. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.97). No ano de 1985 por não alcançar a meta de erradicação do analfabetismo, com a abertura democrática o Mobral foi substituído pela Fundação Educar. Surgiu também o Projeto de Educação Integrada (PEI), diminuindo o antigo primário dando possibilidade da continuação de estudos para os recém-alfabetizados e quem dominava precariamente a leitura e a escrita.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

Um passo importante para a regulamentação da EJA foi a Constituição Federal (1988), que garante a educação básica, um direito de todos, mas, no que se refere ao ensino de Jovens e Adultos, passou a ser concretizado a partir da Lei de Diretrizes e Bases LDB nº 9.394 de 1996 no seu art.208. O dever do estado, com a educação, será efetivado mediante a garantia de I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos os que a ele não tiveram acesso na idade A própria; [...] (BRASIL. 1988 p.121-122).

Como se pode observar, a Constituição de 1988, é que efetivamente garante a escolarização aos jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria. A partir desta constituição então, foram se moldando as especificidades desta modalidade de ensino. Foram se relacionando as políticas públicas e as necessidades sociais. Foram sendo criados movimentos voltados a preocupação de escolarização para Jovens e Adultos.

Vários movimentos surgiram no Brasil com relação a educação de jovens e adultos, um deles foi o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA):

Em 1989, Paulo Freire assume a Secretaria da Educação do município de São Paulo, ao lado da prefeita Luiza Erundina, e lançam, com a participação popular, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) como proposta de um governo democrático e popular. A Educação Popular tinha sido compreendida como educação não institucionalizada, definida como aquela que ocorria dentro dos grupos populares e com eles. No entanto, o próprio Paulo Freire, ao assumir a Secretaria de Educação, orientou toda a sua política educacional para construção de uma "escola pública popular" (GADOTTI, 2013, p.53).

Para Beluzo e Toniosso (2015) as propostas de educação idealizadas por Paulo Freire que tem uma concepção pedagógica baseada na perspectiva de educação libertadora, voltada para que o oprimido se torne cidadão e atuante na sociedade, foram importantíssimas para a política educacional da EJA. Para Paulo Freire (1987) a educação deve partir de temas geradores a fim de educador e educando encontrarem na situação pedagógica formas de dialogar. Esse processo de aprendizagem por temas geradores cria no educando reflexões que o levam a prática da liberdade de oprimido para cidadão. Tendo em vista essas ideias de Paulo Freire fica visível o quanto os estudos deste autor são relevantes para a EJA.

Para Di Piero e Haddad (2015) a mobilização da sociedade em busca de conquista de direitos foi uma das impulsionadoras da efetiva instalação da EJA.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

No Brasil, a mobilização da sociedade civil foi propulsora da conquista de direitos, como o reconhecimento dos jovens e adultos dentre os sujeitos do direito humano à educação, antes restrito às crianças e adolescentes. No plano internacional não foi diferente: encabeçadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as diversas conferências, realizadas a partir dos anos 1990, sobre direitos sociais contaram com a participação ativa da sociedade civil para o reconhecimento de direitos pelos seus governos. (DI PIERO; HADDAD, 2015, p. 197).

Na década de 1990 é estabelecido para a EJA, uma nova política na qual determina se novos métodos para trabalhar com criatividade, com a finalidade de que jovens e adultos que tiveram uma rápida passagem pelas escolas, tenham uma nova oportunidade de inserir-se na educação e, assim ganhar cultura, conhecimento e incluírem-se no mercado de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento metodológico da presente pesquisa pressupõe uma abordagem da pesquisa do tipo qualitativa. Para Nóvoa (2015) a pesquisa qualitativa em educação permite um maior conhecimento sobre diversas áreas:

Não há um caminho único e, certamente, não podemos esperar que se obtenha um consenso na forma de organizar e de orientar o campo científico em educação. Mas podemos trabalhar para que a pesquisa acolha a diversidade e procure a convergência. Não nos podemos fechar no interior de uma "disciplina" única. Precisamos trabalhar nas fronteiras de vários conhecimentos, juntar perspectivas diferentes na compreensão dos fenômenos educativos. (NÓVOA, 2015, p.8)

A pesquisa de caráter exploratório compreende estudos bibliográficos de autores como: Paulo Freire (1999); Arroyo (2011); Moacir Gadotti (2013); Nóvoa (2015), Piero e Haddad (2015), Plano Nacional de educação de 2014 – 2024 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) para o enriquecimento do trabalho foi feita também uma pesquisa de campo na Secretaria de Educação de Dourados-MS que está localizado na rua Coronel Ponciano nº3416, Bairro: Jequitibás.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

Para melhor compreensão da implicação do fechamento das salas que ofertavam a Educação de Jovens e Adultos em Dourados, além de leituras realizadas visitou-se a Secretaria Municipal de Educação com intuito de conseguir documentos que evidenciassem o fechamento das turmas. Esses documentos são deliberações expedidas pelo Conselho Municipal de Educação de Dourados-MS (COMED). No quadro abaixo estão as informações detalhadas da EJA em Dourados/MS.

Quadro 1- Relação de escolas que ofertam a EJA em Dourados – 2019.

NOME DA ESCOLA	TURMAS OFERTADAS
Armando Campos Belo	1ª a 4ª FASE
Etalívio Penzo	1ª a 4ª FASE
Januário Pereira de Araújo	1ª a 4ª FASE
Maria da Conceição Angélica	3ª a 4ªFASE

Fonte: o autor com base nos dados coletados (2019).

Observando o quadro acima podemos perceber que ainda funcionam turmas da EJA em Dourados, desde a primeira fase até a quarta fase. Para uma cidade que possui em torno de 220.965 habitantes (IBGE, 2018), sendo que desse total 18.1% possui o fundamental incompleto ou analfabeto (PNUD, 2010), ou seja, aproximadamente quarenta mil pessoas sem a escolaridade mínima necessária e somente quatro escolas para atender a esses sujeitos.

Quadro 2- Relação das escolas que deixaram de ofertar a EJA em Dourados/MS.

NOME DA ESCOLA	DELIBERAÇÃO COMED/ ENCERRAMENTO DAS TURMAS
Efantina de Quadros	Nº116 de 30/03/2015
Manoel Santiago de Oliveira	Nº105 de 18/05/2015
Clori Benedetti de Freitas	Nº114 de 09/11/2015
Clarice Bastos Rosa	Nº120 de 17/10/2016
Maria da Rosa Antunes da Silveira Câmara	Nº124 de 24/04/2017
Loide Bonfim Andrade	Nº152 de 10/09/2018

Fonte: o autor com base nos dados coletados (2019).

Nos documentos que observamos vimos que houve um fechamento de turmas recorrente a partir do ano de 2015. Sendo que no ano de 2015 deixou de funcionar a EJA em três escolas municipais de Dourados: Escola Municipal Professora Efantina de Quadros, Escola Municipal Professor Manoel Santiago de



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

Oliveira e Escola Municipal Professora Clori Benedetti de Freitas. Em 2016 deixou de funcionar a EJA em uma instituição de ensino, a escola Municipal Clarice Bastos Rosa. Já no ano 2017, mais uma escola teve a desativação do funcionamento da EJA na Escola Municipal Maria da Rosa Antunes da Silveira Câmara. Em 2018, mais uma escola deixou de atender alunos dessa modalidade em 2018, a Escola Municipal Loide Bonfim de Andrade. O principal motivo do fechamento de turmas na rede municipal segundo a Secretaria Municipal de Educação é a evasão escolar. Sendo assim, o município decidiu por ofertar menos turmas.

Em 2019 uma instituição retratada no quadro abaixo, dessa vez da rede da estadual de ensino deixou de ofertar a EJA, a escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo em 2019. Para obter informações sobre o motivo do fechamento de salas da EJA nessa instituição de ensino se fez necessário realizar uma entrevista semiestruturada na secretaria estadual de educação (SED), bem como visitas às instituições de ensino para quais foram reordenados os alunos da instituição que teve salas fechadas.

Quadro 3- Escola que deixou de ofertas a EJA em 2019 – Rede Estadual de Ensino.

NOME DA ESCOLA	DELIBERAÇÃO SEED-MS
ESCOLA ESTADUAL MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO	NÃO INFORMADO

Fonte: o autor com base nos dados coletados (2019).

A primeira indagação feita na SED-Secretaria de Estado de Educação, coordenaria Regional de Ensino foi quais foram às escolas que tiveram cancelamento da oferta da EJA em Dourados MS em 2019. Para esse questionamento, a resposta foi que apenas a escola estadual Menodora Fialho de Figueiredo teve as aulas no período noturno suspensas, horário no qual ofertava a EJA. Sendo os alunos que estudavam nesta instituição, remanejados para o CEEJA-Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos e para escola estadual Tancredo Neves.

No Plano Estadual de Educação (PEE 2014-2024) consta que deve ser garantida a oferta da EJA, de acordo com o trecho abaixo é direito de todos, acesso gratuito a essa modalidade de ensino:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecida, por meio dos dispositivos legais, como um direito público subjetivo de acesso



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

ao ensino fundamental e ao ensino médio de todos os jovens e adultos a partir dos dezoito anos de idade, considerando que o art. 208, da Constituição Federal de 1988, alterado pela Emenda Constitucional n.º 59/2009, determina no inciso I "- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria"(BRASIL 2014, p.67).

Apesar dos direitos dos brasileiros, as políticas públicas não pensam na possibilidade do que tudo que envolve a educação está interligado com o investimento e o desenvolvimento dos sujeitos dentro da sociedade, segundo Gadotti e Romão (2013).

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um custo e não como um investimento, não se levando em conta que o analfabetismo tem um impacto não só individual, mas também social. Ele impacta a vida das pessoas, na saúde (mais enfermidades), no trabalho (piores empregos), na educação, e impacta também a sociedade, a participação cidadã, a perda de produtividade e de desenvolvimento social. (GADOTTI; ROMÃO,2013, p.12).

Nos questionamentos a SED - Secretaria Estadual de Educação, a informação foi de que haviam devidamente matriculados e frequentes na EJA na escola Menodora o quantitativo de 47 alunos e destes 33 foram remanejados para o Centro Estadual de Educação (CEEJA) e 14 foram para a escola estadual Presidente Tancredo Neves.

A oferta da EJA embora garantida por lei encontra-se em zonas periféricas nas políticas públicas dos governos. Segundo Piero e Haddad (2015) as políticas para EJA estão sendo postas na berlinda, pois as expectativas geradas em torno de elevação de índices de escolarização estão sendo frustradas. Nas palavras desses autores:

A expectativa gerada por esse conjunto de normas, medidas e programas era a expansão e diversificação da oferta de oportunidades de aprendizagem dos jovens e adultos, com reflexos positivos nos índices de analfabetismo e escolarização da população, convergindo para as metas fixadas nos compromissos internacionais e planos nacionais. Tais expectativas foram frustradas quando os indicadores educacionais constataram o lento progresso nos índices de alfabetização e escolaridade dos brasileiros, e declínio constante das matrículas a partir de 2007, resultados que colocaram as políticas de EJA na berlinda. (PIERO; HADDAD, 2015, p. 241).

Para saber sobre os encadeamentos causados a comunidade com o fechamento de salas de aula da EJA, perguntei se os alunos remanejados para



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE Intersecção entre universidade e escola "Paulo Freire: contribuições para a educação pública"

outras instituições de ensino haviam relatado algum prejuízo ou impedimento que impossibilitasse a frequência nas aulas nas novas escolas para onde foram transferidos. A resposta foi que houve dificuldade de aceitação por parte dos alunos, devido ao aumento da distância até as outras instituições para qual foram reordenados, ou por resistência em adaptação a nova realidade, pois a metodologia de ensino do CEEJA difere da escola na qual estavam acostumados. E que do total de alunos transferidos 10% abandonaram os estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos anteriormente os programas de educação de jovens e adultos ocorreram no Brasil a partir da aprovação do decreto 19.513 de 25 de agosto de 1945 tornando a EJA oficial da década de 1960 com a pedagogia de Paulo Freire. Mas, na cidade de Dourados pelos documentos observados percebemos que a Educação de Jovens e Adultos está próxima do término. Apesar de toda a diferença que essa modalidade proporciona na formação dos sujeitos, a gestão pública tem desativado as salas de aula de EJA ano após ano.

Como dito anteriormente o Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024) propunha a diminuição e a erradicação do analfabetismo absoluto até 2024, no entanto fica a questão: Como essa meta se cumprirá em Dourados? Já que na realidade da cidade nem todos os jovens e adultos terão acesso a escolas que ofertam essa modalidade de ensino.

A pesquisa demonstrou que entre as nove escolas públicas municipais e uma estadual de Dourados-MS, que ofertavam a educação de jovens e adultos, cinco escolas públicas do município deixaram de ofertar e uma estadual em 2019. A principal justificativa para o fechamento das salas de EJA nas escolas públicas foi a evasão de alunos.

Segundo a Secretaria Estadual e Municipal há um gasto muito grande para a sustentabilidade das escolas, através da pesquisa verificou-se que a última sala que foi fechada haviam apenas quatro alunos frequentando regularmente a sala de aula de EJA apesar do número de alunos matriculados ser maior, o que motivou o fechamento da EJA na escola estadual Menodora Fialho de Figueiredo. Mais uma vez observou-se o aspecto econômico em detrimento da formação dos indivíduos, sujeitos de direito que foram expropriados e excluídos do acesso a educação básica.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

Conclui-se que a educação de Jovens e Adultos apesar de estar nos documentos oficiais como uma obrigação dos entes federados, passa pelo menos na cidade de Dourados, por cortes por questões econômicas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Educação de Jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio. GIOVANETTI, Maria Amélia. GOMES, Nilma Lino. **Dialógos na educação de jovens e adultos** (orgs.). Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO. José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro, SP, 2015. Disponível em:<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/0604201520071>.

BRAGA, Ana Carolina. **O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: uma análise do Programa Brasil Alfabetizado no município de Araraquara/SP**. Dissertação de mestrado. Araraquara, UNESP, 2014

BRASIL. **LEI Nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CEB No 1, DE 5 DE JULHO DE 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos.

BRASIL, **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

CAMAS, Nuria Pons Vilardell, BRITO, Gláucia da Silva. **Metodologias ativas: uma discussão acerca das possibilidades práticas na educação continuada de professores do ensino superior**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 52, p. 311-336, abr./jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: RJ. Paz e terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano**. -São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação.



V SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE
Intersecção entre universidade e escola
“Paulo Freire: contribuições
para a educação pública”

GUERRA, Vanderlei Ricardo. **Educação de jovens e adultos: a ação docente diante das novas formas de informação e comunicação.** Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/301/236>.

HADDAD, Roberto, RIBEIRO, Sérgio, CATELLI JR, Roberto, MASAGÃO, Vera (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados** – São Paulo: Ação Educativa, 2014, 1ª edição

HADDAD, Roberto. PIERO, Maria Clara Di. **Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional.** Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015.

MOVA-Brasil 10 anos: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos /Moacir Gadotti (org.). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

NÓVOA, Antônio. **Em busca da liberdade nas universidades: para que serve a pesquisa em educação?** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 263-272, jan./mar. 2015. Disponível em: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 263-272, jan./mar. 2015.

PAIVA, Jane, MACHADO, Maria Margarida e IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004.** Brasília. Ministério da educação: UNESCO. 2005.